

NOTAS EXPLICATIVAS

1 - DIVULGAÇÃO DE POLÍTICAS CONTÁBEIS

Políticas contábeis são os princípios, bases, convenções, regras e procedimentos específicos aplicados pela entidade na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis.

As Demonstrações Contábeis foram extraídas do Sistema de Administração Financeira Integrada (AFI), consolidando as administrações direta e indireta e compõem a Prestação de Contas 2019 à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 - Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis apresentadas neste Relatório Técnico foram elaboradas de acordo com as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com a Lei n.º 4.320/1964 e Lei Complementar n.º 101/2000 e, também, com as disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativa aos Princípios de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

2.2 - Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação em relação ao valor atualizado das receitas. Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

É importante destacar que em decorrência da utilização do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, para abertura de créditos adicionais no

valor de R\$ R\$ 837.815.188,34, o Balanço Orçamentário demonstra uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita (R\$ 20.111.495.031,50) e a dotação atualizada (R\$ 20.949.310.219,84)

Destacamos ainda, que esse desequilíbrio ocorre porque o superávit financeiro de exercícios anteriores, quando utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, não pode ser demonstrado como parte da receita orçamentária do Balanço Orçamentário que integra o cálculo do resultado orçamentário.

O superávit financeiro não é receita do exercício de referência, pois já o foi em exercícios anteriores, mas constitui disponibilidade para utilização no exercício de referência. Por outro lado, as despesas executadas à conta do superávit financeiro são despesas do exercício de referência, por força legal, visto que não foram empenhadas no exercício anterior.

Os seguintes itens referentes ao balanço orçamentário merecem destaque:

- a. As receitas arrecadadas são apresentadas líquidas de suas deduções. O total da receita bruta arrecadada foi de R\$ 22.061.402.762,56, enquanto as deduções legais para o FUNDEB somaram R\$ 2.129.123.233,67, resultando na receita líquida de R\$ 19.932.279.528,89. O valor de deduções afetou o valor das *receitas tributárias* e das *transferências correntes*, que obtiveram a seguinte composição:

Descrição da Receita	Deduções de Receitas		R\$
	Receita bruta arrecadada	Dedução da receita arrecadada	Receita Líquida arrecadada
Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	11.423.939.345,47	(1.550.009.594,16)	9.873.929.751,31
Transferências Correntes	5.902.466.807,71	(579.113.639,51)	5.323.353.168,20
Totais	17.326.406.153,18	(2.129.123.233,67)	15.197.282.919,51

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

As demais receitas correntes (Contribuições, Patrimonial, Industrial, Serviços e Outras receitas Correntes) no total de R\$ 3.968.187.395,42, assim como as receitas de capital no total de R\$ 766.809.213,96 não sofreram deduções

- b. As receitas e despesas intraorçamentárias totalizaram R\$ 887.369.081,85 e R\$ 881.035.122,92, respectivamente, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Receitas e Despesas Intraorçamentárias		R\$
ANO	RECEITAS ARRECADADAS	DESPESAS EMPENHADAS
2018	735.024.753,36	720.612.135,05
2019	887.369.081,85	881.035.122,92

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

- c. O superávit financeiro utilizado para abertura de créditos adicionais na ordem de R\$ 837 milhões permitiu o equilíbrio orçamentário na execução do exercício, influenciando positivamente na execução orçamentária. Desse total, cerca de R\$ 696 milhões foram empenhados, conforme demonstrado no quadro seguinte.

Despesas Empenhadas Com Fontes de Superávit 2019		R\$
ITEM	VALOR	
Ordinários	194.495.171,44	
Vinculados	501.553.730,27	
Previdência Social	30.369.577,66	
Educação	124.185.332,91	
Saúde	51.653.308,77	
Operações de Crédito	224.292.094,14	
Convênios	49.748.332,57	
Outras Vinculações	21.305.084,22	
TOTAL	696.048.901,71	

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

- d. O saldo apresentado no Anexo I (Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados) do Balanço Orçamentário no total de R\$ 190.537.648,36 representa o somatório dos restos a pagar não processados **a liquidar** de R\$ 158.404.303,54 mais o valor de restos a pagar não processados **liquidados e não pagos** de R\$ 32.133.344,82, que foi transferido para restos a pagar processados, por ocasião do encerramento do exercício. Cabe ressaltar que, enquanto no exercício de 2018 a fórmula do saldo estava representada por $(f) = (a+b-c-e)$, em que se abatia todo o valor liquidado, em 2019 a fórmula foi atualizada conforme modelo constante nas instruções de procedimentos contábeis – IPC nº 07, de janeiro de 2020, para $(f) = (a+b-d-e)$, onde se subtrai o total pago e mantém no saldo os valores liquidados que não obtiveram pagamento até o fim do exercício.

2.3 - Balanço Financeiro

Previsto no art. 103 da Lei 4.320/64, este anexo demonstra as receitas e as despesas orçamentárias, assim como os ingressos e dispêndios extraorçamentários conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o do exercício seguinte.

Quanto aos recebimentos e pagamentos extraorçamentários consolidados, é relevante destacar os seguintes itens:

- a. *Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados* – o item apresenta a movimentação financeira referente a consignações, garantias, depósitos não judiciais, depósitos judiciais e outros valores vinculados a obrigação com terceiros.
- b. *Créditos a Receber* – estão representados neste grupo os valores de créditos decorrentes de alienação de bens da administração indireta em posse do Tesouro e, ainda, débitos financeiros apurados em conciliação bancária.
- c. *Adiantamentos Concedidos* – engloba os valores de salário família e salário maternidade adiantados a servidores. Inclui, ainda, valores pagos a serem ressarcidos ao ente. É importante ressaltar que esse item sofreu acréscimo significativo em relação a 2018 devido a registros de ingressos a apropriar no montante de 112,5 milhões na UG 13301- Amazonprev,

mas que foram estornados em seguida, influenciando tanto o lado de recebimentos quanto o de pagamentos extraorçamentários no mesmo valor.

- d.** *Investimentos* - apresentam-se a valorização e a desvalorização de títulos e fundos de investimento do RPPS.
- e.** *Movimentações de Fundos Próprios e Operações Intergestora* - representa incorporações e desincorporações de saldos financeiros, respectivamente, decorrentes de ajustes efetuados no decorrer do exercício, sendo grande parte, ajustes de exercícios anteriores. Neste item há valores expressivos referentes a operações intra que foram excluídos da consolidação por representarem operações entre órgãos e entidades pertencentes ao orçamento estadual, especialmente pagamentos centralizados pelo Tesouro Estadual.
- f.** *Demais Recebimentos e Demais Pagamentos* – encontram-se neste item consolidado valores referentes à compensação entre o Fundo Financeiro e o Fundo Previdenciário, assim como valores creditados financeira ou contabilmente apurados como pendência em conciliação bancária.

Quanto aos saldos em espécie, importante destacar:

- a.** *Caixa e Equivalente de Caixa* - No saldo para o exercício seguinte há valor muito significativo pertencente ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), no total de R\$ 4.623.356.095,16, que pode ser identificado no item Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo do Balanço Patrimonial. O valor é composto por aplicações em renda fixa e renda variável.
- b.** *Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados* – representam bloqueios judiciais em contas do Estado efetuados pela Justiça, assim como o Fundo de Reserva, correspondente a 30% dos depósitos judiciais ou administrativos referentes a processos em que o Estado é parte, estabelecido pela Lei Complementar nº 151, de 05.08.2015 e instituído pela Lei estadual nº 4.218, de 08.10.2015.

2.4 - Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial apresentado neste documento evidencia a situação patrimonial do Estado em 31 de dezembro de 2019. Demonstra a posição estática dos ativos e passivos no final do período, possibilitando ao usuário da informação conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido). Apresenta também os saldos dos atos potenciais ativos e passivos e o superávit ou déficit financeiro.

Abaixo serão elencados os itens do balanço patrimonial para os quais julgamos haver necessidade de notas explicativas.

2.4.1 - Créditos Tributários a Receber:

Em observância ao regime de competência, no encerramento do exercício de 2019 foram incorporados os créditos a receber do ICMS, IPVA e ITCMD dos valores lançados e não pagos, não inscritos em dívida ativa e sem exigibilidade suspensa. Foram reconhecidos como ativos os estoques de créditos a receber dos últimos 5 anos (2015 a 2019), conforme informações do Departamento de Arrecadação da SEFAZ/AM.

Os valores atualizados do estoque dos anos 2015 a 2018 foram lançados como longo prazo e os de 2019 no curto prazo.

Créditos Tributários a Receber - Impostos		R\$
FONTE	2019 CURTO PRAZO	2015 A 2018 LONGO PRAZO
ICMS	207.136.779,82	281.232.944,84
IPVA	67.587.220,21	1.055.656,99
ITCMD	2.356.103,03	10.760.255,84
TOTAL	277.080.103,06	293.048.857,67

Fonte: Memorando nº 005/2020 - GANS

Os demais créditos tributários a receber constituem-se de contribuições previdenciárias a receber no curto prazo, no valor de R\$ 564.696.341,35, que somado aos créditos tributários a receber de impostos no curto prazo totaliza R\$ 841.776.444,41.

Para a provisão de perda foi adotada a média de recebimento referente aos valores lançados nos três últimos exercícios anteriores a 2019, ou seja, de 2016 a 2018, arrecadados até o exercício de 2019, resultando num percentual de 89,46%, conforme demonstrado abaixo:

Média de Recebimentos – Impostos não Inscritos em Dívida Ativa			R\$
ANO	LANÇAMENTO	ARRECAÇÃO (ATÉ 2019)	ARREC/LANÇ.
2016	7.701.682.640,11	7.195.913.589,44	93,43%
2017	9.414.236.036,51	8.309.397.768,05	88,26%
2018	10.624.149.022,25	9.208.093.363,91	86,67%
TOTAL	27.740.067.698,87	24.713.404.721,40	
MÉDIA DE RECEBIMENTOS			89,46%

Fonte: Memorando nº 005/2020 - GANS

Provisão para Perdas			R\$
PRAZO	ESTOQUE (A)	MÉDIA DE RECEBIMENTO (B)	PROVISÃO DE PERDAS A-(A*B)
CURTO PRAZO	277.080.103,06	89,46%	29.214.835,99
LONGO PRAZO	293.048.857,67	89,46%	30.898.553,23
TOTAL			60.113.389,23

Fonte: Memorando nº 005/2020 - GANS

2.4.2 - Dívida Ativa tributária e não tributária:

O Estado do Amazonas adota para a dívida ativa o procedimento de registro global periódico. O reconhecimento é avaliado na data de encerramento do balanço, através dos relatórios gerenciais do Departamento de Arrecadação da SEFAZ/AM.

Em virtude das particularidades administrativas e de sistemas de tecnologia da informação, a contabilização é feita de forma centralizada na UG 14102 – SEFAZ – CENTRALIZADORA.

Em conformidade com análise histórica e estatística, por convenção, a fim de retratar o mais próximo à realidade, as inscrições no exercício de 2019 foram contabilizadas como curto prazo, enquanto o saldo remanescente de exercícios anteriores, já atualizado, foi registrado no longo prazo.

No exercício de 2019, o Estado, por meio da PGE e SEFAZ, editou a Portaria Nº 0027/2019-GSEFAZ/PGE, publicada no Diário Oficial Eletrônico da Secretaria de Estado da Fazenda em 16/12/2019, estabelecendo critérios para a classificação dos créditos inscritos em dívida ativa do Estado, conforme a ordem de recuperabilidade, observando as seguintes classes (*rating*):

A : Créditos com alta perspectiva de recuperação;

B: Créditos com média perspectiva de recuperação;

C: Créditos com baixa perspectiva de recuperação; e

D: Créditos com baixíssima perspectiva de recuperação ou considerados irrecuperáveis.

A referida Portaria determina em seu art. 10 que os créditos classificados nas classes “C” e “D” devem ser baixados do ativo, porém com escrituração em contas de controle, até a extinção ou reclassificação dos mesmos.

Dívida Ativa - Composição Por Rating

R\$

DÍVIDA ATIVA	RATING A	RATING B	SUBTOTAL 1 (A e B)	RATING C	RATING D	SUBTOTAL 2 (C e D)	TOTAL SUBTOTAL (1 + 2)
TRIBUTÁRIA	3.622.869.151,75	162.456.877,87	3.785.326.029,62	936.639.601,32	2.333.674.758,04	3.270.314.359,36	7.055.640.388,98
NÃO TRIBUT.	12.469.309,04	-	12.469.309,04	413.452.832,18	87.266.506,40	500.719.338,58	513.188.647,62
TOTAL	3.635.338.460,79	162.456.877,87	3.797.795.338,66	1.350.092.433,50	2.420.941.264,44	3.771.033.697,94	7.568.829.036,60

Fonte: Relatório de Gestão da Dívida Ativa 2019

Os créditos das classes “A” e “B” no total de R\$ 3.797.795.338,66 foram classificados conforme prazos de realização no ativo circulante e no ativo não circulante, com a seguinte composição:

Dívida Ativa por Prazo de Realização

R\$

PRAZO	TRIBUTÁRIA	NÃO TRIBUTÁRIA
CURTO PRAZO	510.824.596,88	10.471.223,82
LONGO PRAZO	3.274.501.432,74	1.998.085,22
TOTAL	3.785.326.029,62	12.469.309,04

Fonte: Relatório de Gestão da Dívida Ativa 2019

Já os créditos de dívida ativa das classes “C” e “D”, no total de R\$ 3.771.033.697,94, foram contabilizados, conforme comando da Portaria citada acima, em contas de controle nos grupos 7998000000000 e 8998000000000 – Controle da Dívida Ativa – Baixa por desconhecimento.

2.4.4 - Ajustes de Perdas de Dívida Ativa:

A Provisão para Perdas da Dívida Ativa é calculada com base na metodologia do histórico de recebimentos passados, levando em consideração principalmente as duas variáveis abaixo:

1. média percentual de recebimentos passados e
2. Saldo atualizado de créditos inscritos em Dívida Ativa.

A média percentual de recebimentos passados utiliza uma média ponderada dos recebimentos com relação aos montantes inscritos nos três últimos exercícios

Ressaltamos que a média de recebimentos para cálculo das provisões para perdas foi apurada considerando dois momentos: primeiramente, antes da classificação por rating e depois, considerando a classificação por rating, alterando a média percentual de recebimento apenas do exercício de 2019 e, conseqüentemente, a média geral considerando os três últimos exercícios, conforme acompanhamos a seguir:

Média de Recebimentos da Dívida Ativa Tributária R\$

ANTES DA CLASSIFICAÇÃO POR RATING				APÓS A CLASSIFICAÇÃO POR RATING			
ANO	ESTOQUE TOTAL	ARRECAÇÃO	% ARREC./ ESTOQUE	ANO	ESTOQUE TOTAL	ARRECAÇÃO	% ARREC./ ESTOQUE
2017	4.885.295.854,96	80.895.131,81	1,66	2017	4.885.295.854,96	80.895.131,81	1,66
2018	6.447.626.727,53	24.708.412,53	0,38	2018	6.447.626.727,53	24.708.412,53	0,38
2019	7.055.640.388,98	49.536.467,62	0,70	2019	3.785.326.029,62	49.536.467,62	1,31
TOTAL	18.388.562.971,47	155.140.011,96	2,74	TOTAL	15.118.248.612,11	155.140.011,96	3,35
MÉDIA			0,91%	MÉDIA			1,12%

Fonte: Relatório de Gestão da Dívida Ativa 2019

Média de Recebimentos da Dívida Ativa não Tributária R\$

ANTES DA CLASSIFICAÇÃO POR RATING				APÓS A CLASSIFICAÇÃO POR RATING			
ANO	ESTOQUE TOTAL	ARRECAÇÃO	% ARREC./ ESTOQUE	ANO	ESTOQUE TOTAL	ARRECAÇÃO	% ARREC./ ESTOQUE
2017	403.120.595,21	966.846,08	0,24	2017	403.120.595,21	966.846,08	0,24
2018	494.905.391,57	1.333.517,40	0,27	2018	494.905.391,57	1.333.517,40	0,27
2019	513.188.647,62	2.559.751,12	0,50	2019	12.469.309,04	2.559.751,12	20,53
TOTAL	1.411.214.634,40	4.860.114,60	1,01	TOTAL	910.495.295,82	4.860.114,60	21,04
MÉDIA			0,34%	MÉDIA			7,01%

Fonte: Relatório de Gestão da Dívida Ativa 2019

2.4.5 – Imobilizado:

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor é resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

a. Composição dos bens móveis:

A composição do ativo imobilizado em bens móveis no exercício de 2019 restou alocada nos seguintes grupos:

Bens Móveis - 2019		R\$
GRUPOS DE BENS	VALOR	
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	699.261.882,82	
Bens de Informática	353.465.772,86	
Móveis e Utensílios	282.128.384,98	
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	102.514.936,26	
Veículos	272.151.032,64	
Armamentos	20.629.519,02	
Outros Bens Móveis	311.529.262,45	
TOTAL	2.041.680.791,03	

b. Depreciação

Os procedimentos para registro de depreciação no Poder Executivo tem como base legal

a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/76, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

2.4.6 - Provisões a Longo Prazo:

Compreende os passivos de prazo ou valores incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Representam as provisões matemáticas do RPPS contabilizadas pela Fundação Amazonprev, com base em avaliação atuarial realizada por empresa especializada, destacando-se o valor de R\$ 4.531.784.190,12 referentes a provisões de benefícios a conceder do plano previdenciário.

2.4.7 – Patrimônio Líquido:

a. Ajuste de Avaliação Patrimonial:

A contabilização foi feita pelo método de Ajuste de Avaliação Patrimonial de Ativos, conforme prevê a Resolução CFC nº 1137/08, a NBC T 16.10, que trata da Avaliação e Mensuração dos Ativos e Passivos em entidades do setor público. O decréscimo de R\$ 1.618.994,45 no exercício de 2019 refere-se a atualização dos investimentos em segmentos de imóveis da UG 13.301 – AMAZONPREV.

b. Resultados Acumulados:

Houve acréscimo no saldo de Resultados acumulados em comparação com o ano anterior influenciado pelo resultado patrimonial do exercício que somou R\$ 955.160.325,15, ao comparar as variações patrimoniais aumentativas em quantidade superior às diminutivas.

Os ajustes de exercícios anteriores contribuem para apuração de resultados acumulados, contudo o resultado do exercício não deve ser influenciado por efeitos que pertençam a exercícios anteriores.

c. Ajustes de exercícios anteriores:

O saldo de ajustes de exercícios anteriores, apurado pela diferença entre ajustes positivos e negativos, resultou em - R\$ 645.054.221,86 , influenciado especialmente pelas despesas de exercícios anteriores aí contabilizadas. Destacamos, ainda, as incorporações e desincorporações de saldos para regularizações referentes a exercícios anteriores.

Houve, ainda, registro de ajustes de exercícios anteriores referentes à provisão de perdas para créditos tributários, em razão de retificação do demonstrativo de inadimplência dos impostos não inscritos em dívida ativa ao fim de 2018, conforme informação do Departamento de Arrecadação da Sefaz, através do MEMO. Nº 010/2020-GANS, modificando os valores lançados e arrecadados, e conseqüentemente a média de recebimentos, o que refletiu no cálculo da provisão de perdas, alterando-a de R\$ 58.013.686,26 para 78.415,759,55, sendo 39.631.613,01 referente ao curto prazo e R\$ 38.781.146,54 ao longo prazo, resultando num ajuste negativo de R\$ 20.402.073,30.

c. Demonstrativo do Patrimônio Líquido:

Demonstrativo do Patrimônio Líquido		R\$
ESPECIFICAÇÃO	2019	
1 Ajustes de Avaliação Patrimonial	13.382.104,94	
2 Resultados Acumulados	5.300.836.275,86	
Resultados Acumulados do Exercício Anterior	4.990.730.172,57	
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	(645.054.221,86)	
+ Resultado do Exercício	955.160.325,15	
3 Total Patrimônio Líquido (1+2)	5.314.218.380,80	

2.4.8 - Demonstrativo do Superávit / Déficit Financeiro:

Corresponde à diferença entre o ativo financeiro no valor de R\$ 8.321.409.417,74 e o passivo financeiro de R\$ 2.609.175.226,40, resultando no total de R\$ 5.712.234.191,34, que está

demonstrado conforme destinação de recursos no *demonstrativo do superávit/déficit financeiro apurado no balanço patrimonial*.

2.4.9 – Quadro “Compensações”

Do lado dos Atos potenciais ativos, o item mais significativo representa os Direitos Conveniados e Outros Instrumentos com R\$ 806.457.289,58, referente a convênios a receber. Do lado dos Atos Potenciais Passivos o item mais significativo são as Obrigações Contratuais em Execução no montante de R\$ 5.782.115.912,72, abrangendo contratos de fornecimento, serviços e obras.

2.5 - Demonstração das Variações Patrimoniais:

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Estado durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo dependendo do resultado líquido entre as variações aumentativas e diminutivas.

Salientamos que a DVP não segue a mesma classificação orçamentária, portanto, em algumas situações a comparação entre a execução orçamentária (receitas e despesas) e as variações patrimoniais podem não se equivaler.

2.5.1 – VPA - Impostos:

Esse item corresponde aos valores de impostos arrecadados no exercício de 2019, assim como ajustes referentes a atualização de créditos a receber de ICMS, IPVA e ITCMD, lançados mas que não foram pagos e nem inscritos em dívida ativa nos últimos cinco anos, em observância ao princípio da competência.

2.5.2 – VPA – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

Do total de R\$ 771.437.547,70, o valor mais significativo é de R\$ 515.219.093,89 e se refere a variação ativa decorrente de receitas orçamentárias que não possuem equivalência em contas contábeis específicas de VPA, conforme demonstrado no quadro a seguir:

VPA - Demais Receitas			R\$
UG	CÓD. RECEITA	DESCRIÇÃO DA RECEITA	VALOR
2101	6992	Indenização por sinistro	71.481,45
4703	4260	Feitos sem Levantamento / Processos Paralizados por Abandono ou Negligência	183.874,92
4703	4261	Repasse da Remuneração do Saldo Médio das Contas Judiciais	17.030.588,82
4703	4493	Cessão do Direito de Operc. Da Folha de Pagamento de Pessoal	5.325.000,00
13301	7555	Títulos FCVS - FPREV	11.264.890,59
14102	6970	FMPES - EC nº 114/19 - Remanejamento de Despesas Correntes	300.000.000,00
14102	6981	Receita de Depósitos Judiciais - LC 151/2015 - Lei Estadual 4218/2015 - FR 0110	176.914.542,39
14102	6998	Receita corrente a classificar	307.302,18
16201	4262	Diversas Receitas Patrimoniais - FR 201	6,63
17302	6987	Outras Receitas Diretamente Arrecadadas	10.440,00
22106	6999	Demais Receitas	90.000,00
22201	6982	Termos de Cooperação	1.047.876,36
22703	6972	Recursos recebidos de órgãos ou entidades por determinação legal	734.421,32
24101	4494	Cessão do Direito de Operac. Da Folha de Pagamento de Pessoal	700.005,00
24101	6999	Demais Receitas	574.964,23
30101	6988	Progestão - Agência Nacional das Águas	963.700,00
Total			515.219.093,89

Outros valores deste item referem-se a variações ativas decorrentes de receitas orçamentárias relacionadas a recuperação de despesas de exercícios anteriores e incorporação de saldos.

2.5.3 – VPD - Constituição de Provisões:

O item constituição de provisões é formado em quase sua totalidade por atualização das provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo, obtida através de avaliação atuarial realizada por empresa especializada, somando um total de R\$ 1.440.074.392,13. O restante é composto por outras provisões, como férias, 13º salário etc.

2.5.4 – VPD - Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas:

Esse item contempla, em grande parte, variações decorrentes de despesas com processos indenizatórios, no total de R\$ 482.037.169,43. Merece destaque, também, aquelas decorrentes de precatórios, que somaram R\$ 24.578.885,06 e a desincorporação de saldos na UG 13301-Amazonprev, referentes a resgates de títulos e valores mobiliários do longo prazo, assim como reclassificação dos mesmos para o curto prazo, no montante de R\$ 93.228.009,92

2.6 – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Essa demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Em relação ao demonstrativo em análise, apresentamos as seguintes notas explicativas:

2.6.1 RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS

O detalhamento das receitas derivadas e originárias está apresentado à parte do quadro principal. Ressaltamos que a receita tributária, no valor de R\$ 9.873.929.751,31 corresponde a Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria. Já as Outras Receitas Derivadas e Originárias no valor de R\$

635.396.563,02 referem-se a Outras Receitas Correntes arrecadadas, conforme pode ser constatado no anexo 10 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.

2.6.2 OUTROS INGRESSOS E DESEMBOLSOS OPERACIONAIS

Os valores apresentados nestes itens, em sua maior parte, referem-se a valores de obrigações restituíveis a curto prazo, tais como, consignações e depósitos de terceiros de diversas origens.

2.6.3 OUTROS INGRESSOS E DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS

O total de outros ingressos de investimentos na DFC é de R\$ 11.264.890,59, que corresponde a outras receitas de capital. Quanto aos outros desembolsos de investimentos, os quais somam R\$ 105.933.535,44, correspondem a desembolsos com despesas capital relacionadas à modalidade 90 – aplicações diretas (4490XX) exceto as naturezas 449051, 449052 e 449061, já contempladas nos desembolsos para aquisição de ativo não circulante.

2.6.2 TRANSFERÊNCIA A CONSÓRCIOS

Apesar de o IPC 08 prever a natureza de despesa 3.1.71.XX.XX – transferência a consórcio para pessoal, tanto para Desembolsos com Pessoal e Demais Despesas quanto para Transferências Concedidas, no Quadro Principal da DFC apresentada, o valor de R\$ 48.875,00, que representa o pagamento de despesa com tal natureza, está compondo apenas o grupo Pessoal e Outras Despesas Correntes, de modo a não gerar duplicidade.

Entretanto, na demonstração dos quadros anexos, que compõem a DFC, o valor de R\$ 48.875,00, referente à transferência a consórcio para pessoal, está compondo tanto o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas como o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função.

4 – CONSOLIDAÇÃO

A consolidação é o processo que ocorre pela soma ou pela agregação de saldos ou grupos de contas, excluindo as transações identificáveis entre entidades incluídas na consolidação, formando uma unidade contábil consolidada. A consolidação é um processo simétrico e busca evitar a dupla contagem de transações ou saldos entre unidades aumentando, assim, a utilidade dos dados consolidados.

O processo de consolidação é sempre complexo, sendo considerado por muitos como uma ciência imperfeita, uma vez que nem sempre é possível obter informações consolidadas com precisão. Além disso, as ferramentas de coleta de dados e o nível de padronização das contas públicas atuais ainda não permitem a eliminação de todos os saldos e transações intra sem provocar significativas distorções nas demonstrações.

Ademais, o próprio manual de contabilidade aplicada ao setor público, Parte V – demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, reconhece que “para garantir uma correta consolidação, é importante saber que o objetivo não é a consolidação perfeita, mas sim eliminar de forma consistente as transações e posições que tenham um efeito significativo nos saldos finais”.



Jefferson de Oliveira Carlos
Gerente da Gerencia de Contabilidade
Contador CRC-AM Nº 09384



Maria da Conceição Guerreiro da Silva
Diretora do Departamento de Contabilidade
CRC Nº 07984/AM

